



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11040.001403/2003-77  
Recurso nº : 126.648  
Acórdão nº : 201-78.306

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
De 31/01/2006

VOTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA.  
Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

**MIN. DA FAZENDA - 2º CC**  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 31/01/2006

*[Assinatura]*  
VISTO

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PERÍCIAS.

Indefere-se o pedido de perícia quando nos autos só exista  
controvérsia sobre matéria de direito.

#### COFINS. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.

A cooperativa é responsável pelo recolhimento da contribuição  
devida pelas vendas efetuadas em nome dos cooperados.

#### BASE DE CÁLCULO.

As despesas da cooperativa não podem ser deduzidas da base de  
cálculo da contribuição que deveria ser recolhida em nome dos  
cooperados.

#### MULTAS.

Sobre a contribuição exigida por meio de auto de infração incide  
a multa de ofício que estiver prevista em lei.

#### TAXA SELIC.

É jurídica a incidência dos juros de mora com base na Taxa  
Selic.

#### Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de  
Contribuintes, pelo voto de qualidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto  
da Relatora. Vencidos os Conselheiros Antonio Mario de Abreu Pinto, Sérgio Gomes Velloso,  
Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer. Fez sustentação oral, pela  
recorrente, o Dr. Renato Romeu Renk.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2005.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Maurício  
Taveira e Silva e José Antonio Francisco.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 31/03/2006

*[Assinatura]*

VISTO

2º CC-MF  
FI.

Processo nº : 11040.001403/2003-77  
Recurso nº : 126.648  
Acórdão nº : 201-78.306

**Recorrente : COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA.**

## RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado em 19/12/2005 para exigir o crédito tributário de R\$ 13.129.132,58, relativo à Cofins, multa de ofício e juros de mora, em razão da falta de recolhimento da contribuição nos períodos de apuração indicados às fls. 06/08.

Segundo o relatório fiscal de fls. 21/32, a cooperativa violou o disposto no art. 66 da Lei nº 9.430/96, por ter deixado de recolher a contribuição ao PIS e a Cofins derivadas das operações de vendas de produtos entregues para comercialização pelas pessoas jurídicas cooperadas.

A 2ª Turma da DRJ em Porto Alegre - RS manteve o lançamento por meio do Acórdão nº 3.448, de 15/03/2004, sob os seguintes fundamentos: 1) configura-se o ato cooperado no montante da entrega dos produtos pelo cooperado à cooperativa e não quando esta vende a produção do cooperado a terceiros; 2) a cooperativa, ao vender os produtos do cooperado, age como mandatário deste, concretizando-se o fato gerador quando da venda pela cooperativa; 3) não existe previsão legal para excluir da base de cálculo da contribuição os custos incorridos pela cooperativa; e 4) a exigência dos consectários do lançamento de ofício encontra-se prevista em lei.

Regularmente notificado do Acórdão em 01/04/2004, o sujeito passivo interpôs o recurso voluntário de fls. 1.090 a 1.100 em 03/05/2004, instruído com os documentos de fls. 1.101/1.111, onde consta o arrolamento de bens efetuado pela Fiscalização. Alegou em síntese, que as receitas decorrentes de atos cooperativos não são tributáveis pela contribuição ao PIS nem pela Cofins, quer em relação à cooperativa, quer em relação a seus associados, em razão da indissociabilidade entre a cooperativa e as pessoas jurídicas a ela associadas, uma vez que ambas são protagonistas do mesmo ato cooperativo. Pleiteou a dedução dos custos da cooperativa da base de cálculo da contribuição. Insurgiu-se contra a multa e os juros de mora na formaposta no lançamento. Informou que a decisão recorrida negou a prova pericial, o que violaria as garantias do devido processo legal e da ampla defesa. Requeru a reforma do julgado recorrido.

É o relatório.

*[Assinatura]*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11040.001403/2003-77  
Recurso nº : 126.648  
Acórdão nº : 201-78.306

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 31 / 03 / 2006  
*[Assinatura]*  
VISTO

2º CC-MF  
FI.

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

O recurso preenche os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

Verifica-se que o recurso voluntário interposto rebrisou todos os argumentos apresentados na impugnação.

Tendo em conta que a 2ª Turma da DRJ em Porto Alegre - RS, ao enfrentar todas as questões suscitadas, apresentou fundamentação consistente que atende ao princípio da persuasão racional do julgador, invoco o art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, e adoto os mesmos fundamentos lançados no voto condutor do Acórdão recorrido, os quais leio em sessão, submetendo-os ao crivo desta Câmara.

Especificamente quanto ao indeferimento da perícia, alegou a recorrente violação das garantias do devido processo legal e da amplitude da prova.

É incontrovertido no processo que os fatos tributáveis foram as vendas, por parte da cooperativa, dos produtos que lhe foram entregues pelos cooperados.

Também é incontrovertido que os produtos assim recebidos dos cooperados foram vendidos pela cooperativa a terceiros não-cooperados.

Quanto ao pleito de exclusão das despesas da cooperativa da base de cálculo, também não existe controvérsia quanto à questão de fato, pois a 2ª Turma da DRJ em Porto Alegre - RS fundamentou a negativa em argumento de direito.

Portanto, os princípios referidos no recurso não foram violados pelo indeferimento da perícia, pois neste processo não existe questão de fato que requeira tal providência para ser deslindada.

Considerando que o sujeito passivo não trouxe aos autos nenhuma razão de fato ou de direito relevante capaz de desencadear modificação no julgamento recorrido, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2005.

*Marques*:  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES